



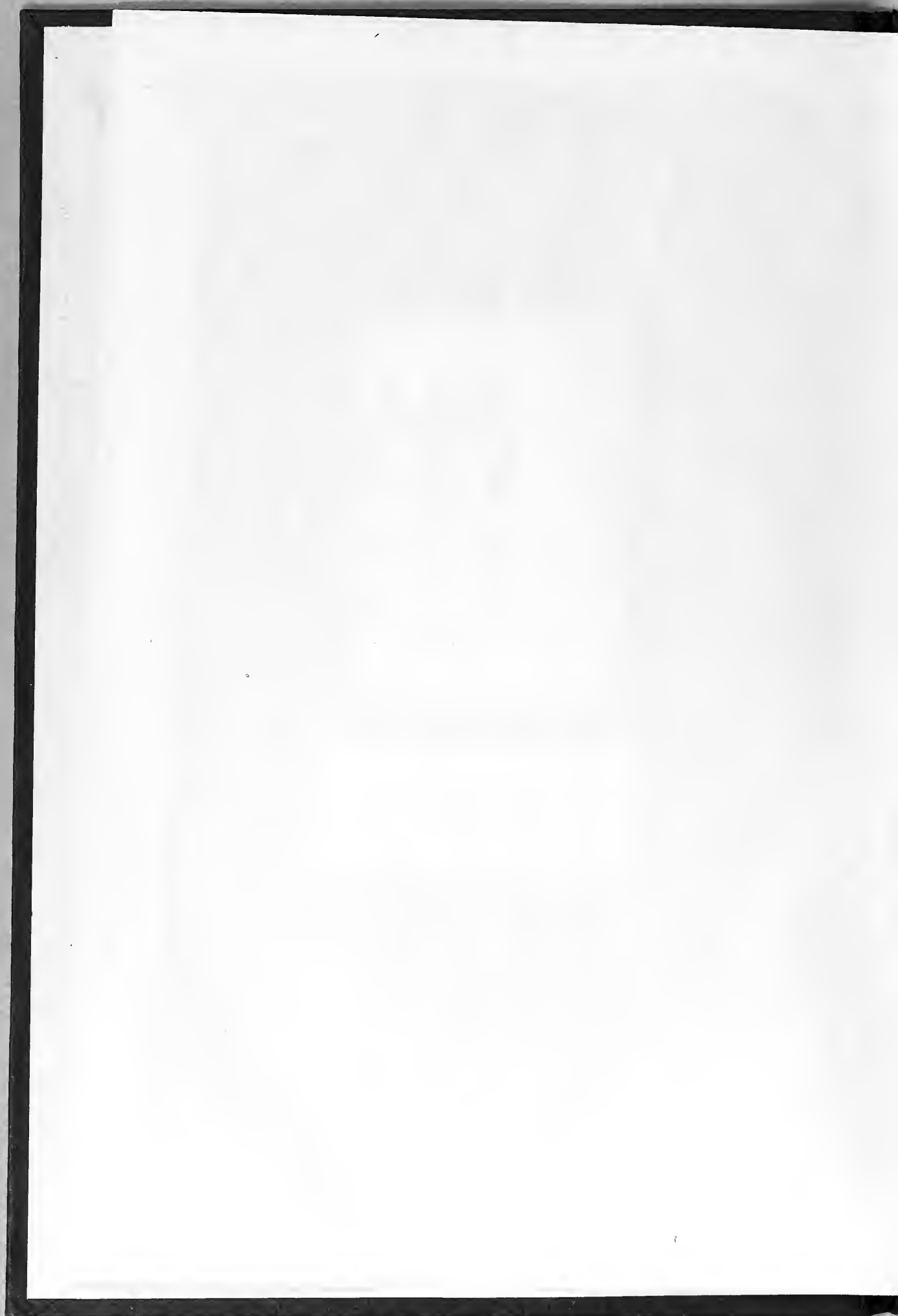


John Carter Brown  
Library  
Brown University

*The Gift of  
The Associates of  
The John Carter Brown Library*

T.12309





Declaração dos §§. 1. 2. 3. 4. do novo Regimento da Alfandega do Tabaco. De 29 de Novembro de 1753.



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que entre as providencias, que em beneficio da Navegação, e do Comércio, que os meus Vassallos fazem para o Estado do Brasil, fui servido dar no *Novo Regimento da Alfandega do Tabaco*, escrito na Cidade de Lisboa a dezaseis de Janeiro de mil setecentos sincoenta e hum, são as que se contém nos Paragrafos primeiro, segundo, terceiro, e quarto do Capitulo sete, cujo teor

he o seguinte : Paragrafo primeiro : „ Por me ser presente, que os fretes „ do Brasil para este Reino por hum abuso contrario á razão, e ao interesse „ do Comércio se encarecerão em repetidas occasioens com tal exorbitancia, que o valor dos generos não podia soffrer o custo do transporte : „ Ordeno, que daqui em diante nenhum Mestre de Navio ouze pedir, ou „ receber por frete de Tabaco de qualquer dos pórtos do Brasil para este „ Reino preço algum, que exceda a trezentos reis por arroba, ou a dezaseis mil e duzentos reis por tonellada de sincoenta e quatro arrobas. E „ este preço ficará porém livre, e liquido a favor do Navio, a cujo fim já „ fica transferido no genero o Direito, que antes se pagava na Alfandega „ desta Cidade a respeito do casco. E os que levarem fretes maiores dos „ assima taxados, perderão toda a importancia do transporte, que fizerem, „ a favor da pessoa, a quem extorquirem a dita maioria. E ficarão sujeitos „ ás mais penas, que merecerem, segundo a gravidade da maior culpa, „ em que forem incursos. Paragrafo segundo : O mesmo ordeno, que se „ observe tambem inviolavelmente daqui em diante a respeito dos fretes „ do Açúcar. Paragrafo terceiro : E para mais suave, e facil observancia „ desta disposição, estabelecço, que nenhum Navio, que passar em lastro de „ hum porto do Brasil a qualquer outro do mesmo Estado para procurar „ carga, a possa receber, senão subsidiariamente depois de haverem sido „ carregados os outros Navios, que houverem levado carga deste Reino „ para o mesmo porto, onde concorrer o Navio, que se achar que nelle „ entrou de vazio, ou em lastro; sob pena de que toda a importancia dos „ fretes, que este ultimo Navio receber, cederá a favor dos Mestres dos „ outros Navios, a quem directamente pertencia a carga; ou daquelles, „ que o denunciarem, e se habilitarem na causa desta pena com o direito „ de que os seus Navios levirão carga para o porto, onde a carregação se „ achar feita. Paragrafo quarto : Similhantermente os Navios pertencentes „ á Praça da Cidade do Porto, que navegarem para os pórtos do Brasil, não „ tomarão nelles carga pertencente a esta Cidade de Lisboa, senão depois „ de haverem sido carregados os Navios da mesma Cidade de Lisboa : „ Nem pelo contrario os Navios de Lisboa poderão receber carga para o „ Porto, senão depois de se acharem carregados os Navios pertencentes á „ dita Cidade do Porto : Tudo debaixo das mesmas penas assima ordenadas.

E porque o tempo tem mostrado, que estas uteis providencias se fraudão com os mesmos perniciosos fins, que tinhaõ sido prevenidos, e reprovados no Preambulo da referida Ley : a saber, os ditos Paragrafos, primeiro, e segundo; porque nos casos, em que succeder ser a carga redundante, e superior ás forças dos Navios, que devem transportalla, estabelecem os Mestres delles fretes exorbitantes, com os quaes arruinão a lavoura, absorbendo os lucros, que ella podia produzir aos Agricultores : E nos casos contrarios quando a carga he pouca, e inferior aos Navios, que

que se achão para a receber, se barateão os fretes de tal forte, que se arruina a Navegação, por se tirarem aos Navios os meios necessários para se custiarem: Praticando-se ambas estas fraudes por convençoens occultamente simuladas, a que as partes são constrangidas para remirem as vexações, que se lhes procuraõ fazer: Sou servido ampliar, e declarar a sobredita providencia, ordenando, como por este ordeno, que da publicação d'elle em diante nenhuma pessoa, de qualquer qualidade, ou condição que seja, ouze alterar os fretes, que pelo dito Novo Regimento foraõ estabelecidos, accrescentando, ou diminuindo o preço delles, debaixo das penas de nullidade de qualquer Letra, Escrito, Acto, ou Contrato, ainda verbal, que resulte do accrescentamento, ou diminuição do referido preço por Mim estabelecido; do perdimento de todo o excesso, ou baratiamento, que se fizer, e do tresdobro d'elle: sendo tudo pago da cadêa pelo Mestre do Navio, que assignar a Letra, ou Papel, ou pagar, ou receber em dinheiro ao Carregador, ou do Carregador, o preço do excesso, ou diminuição, em que se ajustar.

No caso, em que os donos dos Navios, Carregadores, Procuradores, Commisarios, e os mais interessados, e intervenientes naquelles illicitos Contratos, os manifestarem nesta Corte perante o Juiz de India, e Mina, na Cidade do Porto perante o Corregedor do Cível da Corte; e no Brasil, ou perante os Inspectores nos pórtos, onde houver Casas de Inspeção, ou perante os Ouvidores geraes, onde as não houver; no preciso termo de oito dias, continuos successivos, e contados daquelle, em que entrar, ou sair a Frota, serão relevados das sobreditas penas.

Porém no caso de não manifestarem na referida fórma dentro do dito termo, se transferirão tambem em todos os sobreditos pelo lapso do tempo as mesmas penas, para todas ellas se executarem cumulativamente em cada hum delles, além das que já foraõ estabelecidas no sobredito Regimento.

O que tudo será applicado a favor das pessoas, que denunciarem, e descobrirem as sobreditas fraudes; sem que estas condemnaçoens pecuniarias possam ser rateadas, quando no mesmo caso concorrerem diferentes Co réos; porque cada hum delles pagará sempre *in solidum* assim o valor principal do que houver accrescentado, ou diminuido aos fretes, como o tresdobro d'elle, na fórma assim ordenada.

Bem visto, que todo o referido se entenderá pela primeira vez; porque pela segunda incorrerão os transgressores desta Ley além da repetição das sobreditas penas, na de cinco annos de degredo para o Reino de Angola, que nelles se executará irremissivelmente; e pela terceira no dobro de todas estas penas, assim pecuniarias, como corporaes: sendo sempre as primeiras dellas applicadas a favor dos Denunciantes, havendo-os; e não os havendo, a favor das dispezas da Casa da Inspeção do respectivo porto, onde as fraudes se fizerem.

E pelo que respeita aos sobreditos Paragrafos terceiro, e quarto, havendo tambem certas informaçoes de que a preferencia, e ordem por elles estabelecida se tem igualmente fraudado com affectados pretextos; como por exemplo o de se fingir materialmente contra o genuino, e natural sentido dos mesmos Paragrafos, que nelles se ordenou, ou se podia permittir que, para ter effeito a dita preferencia, fossem os Navios carregados por hum gradual, e rigoroso progresso de tempos differentes; de sorte, que sómente depois de estar o primeiro delles inteiramente carregado, principiaria então a carregar o segundo, para assim se praticar nos mais por modo semelhante: Sou servido outro sim declarar, que pelo que

141

pertence á fôrma da carregação dos ditos Navios se ha de proceder na maneira seguinte.

Tanto que as Frotas descarregarem nos respectivos portos, a que são destinadas, farão os Inspectores extrahir logo huma exacta relação dos Navios, que as constituirem, declarando-se nella com inteira certeza a arquiiação, e lotação de todos, e de cada hum delles.

As quaes relações ficarão reservadas para por ellas se regularem as carregações ao tempo da partida das referidas Frotas. Em tal fôrma, que assim como forem chegando os generos, que devem carregar-se, se irá fazendo delles outra respectiva relação, pela qual os irão repartindo os sobreditos Inspectores *pro rata* aos Navios, a cujo favor estiver a preferencia; deixando-se sempre ás partes a escolha do Navio, que melhor lhe parecer entre os preferentes: e desde que estes tiverem segura a sua carga, ou esta se ache a bordo delles, ou ainda dentro nos armazens, destinada, e contramarcada para se carregar, se publicará por Editaes, que he livre a todos carregarem como bem lhes parecer.

Todo o referido se entenderá pelo que respeita aos generos principaes, que fazem o capital de cada hum dos respectivos portos: a saber, no Rio de Janeiro Açúcar, Madeira, e Couros; na Bahia Açúcar, Tabaco, Couros, e Sola: em Pernambuco Açúcar, Tabaco, Sola, Couros, e Pão Brasil; e no Maranhão, e Pará Cacáo, Café, Salsa Parrilha, Cravo, Algodão, e Couros, para o caso, em que alli venha com o tempo a ter lugar a dita preferencia. Todos os outros generos, e encomendas miudas, se poderão em todo o tempo carregar livremente, ainda que a carga dos Navios preferentes se não ache completa.

E nesta conformidade se observará a dita preferencia inviolavelmente de tal sorte, que os que contra ella carregarem, incorrerão, além das penas já estabelecidas pelo dito *Novo Regimento*, na da condemnacão do tresdobro do valor dos fretes, que usurparem, para ser repartida a favor dos donos dos Navios preferentes, aos quaes se houver prejudicado. E não querendo estes habilitar-se nas causas desta pena, cederão as ditas condemnacões a favor das diúpezas da respectiva Casa de Inspeccão do lugar, onde as transgressões se commetterem. E as referidas penas se executarão cumulativamente com as do Regimento pela primeira vez: dobrarão pela segunda com cinco annos de degredo para o Reino de Angola: e nellas não terá lugar o rateio, mas tambem serão executadas integralmente contra cada hum dos Co-réos, que serão todos, os que concorrem para a transgressão dos fretes directa, ou indirectamente; não manifestando os originarios transgressores no termo, e no modo assim declarados.

E pela grande importancia, de que será ao bem commum dos meus Vassallos destes Reinos, e do Estado do Brasil, a total extirpação de todas as sobreditas fraudes: Sou servido outro fim ordenar, que dellas tirem devaça em cada hum anno os Inspectores Letrados, logo depois de serem passados oito dias, contados daquelle, em que sahirem as Frotas; e que assim as taes Devaças, como as Denuncias, que se lhes derem, sejam julgadas em huma só instancia, breve; e summariamente; sendo para esse effeito remettidas á Relação do lugar, para nella serem sentenciadas pelo Juiz da Coroa com os Adjuntos, que o Regedor, Governador, ou quem seus cargos servir, lhes nomear; e remettendo-se os Autos originaes com as sentenças, que nelles forem dadas, ao meu Conselho Ultramarino, para mos fazer presentes, ficando os traslados delles nos Cartorios dos respectivos Escrivaens. O mesmo respectivamente praticará nesta Corte, ao tempo da chegada das Frotas, o Juiz de India, e Mina, por similhante modo.

E

E este se cumprirá , e guardará inteiramente , como nelle se contém , não obstante quaesquer Leys , Regimentos, ou Ordens em contrario, ainda que sejaõ das Alfandegas , e de quaesquer Casas de despacho , e de outras, que requeiraõ especial menção ; porque todos Hei por derogados no que a este se acharem contrarios. Pelo que mando ao meu Conselho Ultramarino, Regedor da Casa da Supplicação, Governadores da Relação, e Casa do Porto, e das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Rey, Governadores, e Capitaens Generaes do Estado do Brasil, Ministros, e mais Pessoas dos meus Reinos, e Senhorios, que o cumpraõ, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém. E ao Doutor Francisco Luiz da Cunha de Ataide do meu Conselho, e Chanceller mór do Reino, mando, que o faça publicar na Chancellaria, e o faça imprimir, e registar no lugar, onde se costumaõ fazer similhantes registos, e enviar ás partes costumadas. E este proprio se lançará na Torre do Tombo. Dado em Belem a vinte e nove de Novembro de mil setecentos fincoenta e tres.

## R E Y.

*Digo de Mendoça Corte-Real.*

**A**lvará de Ley, porque V. Magestade ha por bem declarar os Paragrafos primeiro, segundo, terceiro, e quarto do Novo Regimento da Alfandega do Tabaco na maneira affima declarada.

Para V. Magestade ver.

*Francisco Luiz da Cunha de Ataide.*

Foi publicado este Alvará de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 29 de Novembro de 1753.

*Dom Sebastião Maldonado.*

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 43. vers. Lisboa, 29 de Novembro de 1753.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Manoel Gomes de Almeida o fez.*

Foi reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.





32663

Loewenthal

Jul. 1960

CB  
-P8539  
1753  
1  
1-SIZE

